

7ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE CAMPINAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

O Exmo. Sr. Dr. EDUARDO BIGOLIN, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível do Foro da Comarca de Campinas do Estado de São Paulo, na forma da lei, FAZ SABER, aos que o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, e interessar possa, que será realizado leilão público através do Leiloeiro JOEL AUGUSTO PICELLI FILHO, inscrito na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 754, da **Gestora Picelli Leilões**, a ser realizada de forma híbrida no sítio eletrônico www.picellileiloes.com.br, ou presencial no endereço Rua Maria Ângela, 390, Conjunto 10, Bairro Berlim, Jaguariúna, SP - CEP 13.919-134 (*artigo 11 parágrafo único da Resolução Nº 236 de 13/07/2016 – CNJ*).

Processo n.º 0021728-17.2021.8.26.0114

AÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL DE BENS

EXEQUENTE: MARIA ROSA ROBERTO, inscrita no CPF/MF n.º 966.606.608-44.

EXECUTADOS: ANTONIO ROBERTO, inscrito no CPF/MF n.º 774.770.068-72; DARCI PAULO ROBERTO, inscrita no CPF/MF n.º 004.927.398-11; JOSÉ VAUDIR ROBERTO, inscrito no CPF/MF n.º 721.161.028-04; MARIA DE FÁTIMA ROBERTO DA SILVA, inscrita no CPF/MF n.º 304.822.578-14; MARIA HILMA ROBERTO PASINI, inscrita no CPF/MF n.º 331.130.148-08; MARIA INÊS ROBERTO, inscrita no CPF/MF n.º 247.182.068-98; SÉRGIO DJAIR ROBERTO, inscrito no CPF/MF n.º 776.060.608-78; SUELY REGINA ROBERTO, inscrito no CPF/MF n.º 096.922.198-36; ROSELI APARECIDA ROBERTO BUENO, inscrita no CPF/MF n.º 285.291.258-94.

INTERESSADOS:

- ✓ Prefeitura Municipal de Campinas, CNPJ/MF nº 51.885.242/0001-40, na pessoa do procurador.
- ✓ Maria Aparecida Freitas Roberto, CPF/MF: 168.405.198-30
- ✓ Benedita Mariano Roberto, CPF/MF: 413.395.728-85
- ✓ Nelson Rodrigues da Silva, CPF/MF: 041.876.508-14
- ✓ José Donizeti Bueno, CPF/MF: 049.973.118-20

DO CERTAME

1ª Praça: Iniciará no dia **24/09/2024 às 15h10min** e encerrará no dia **27/09/2024 às 15h10min**.
DO VALOR DO LANCE MÍNIMO: R\$ 538.044,55 (quinhentos e trinta e oito mil, quarenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), para julho de 2024, que será **atualizado até a data do leilão**, conforme sistema para cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Caso não haja lance, seguirá sem interrupção até:
2ª Praça: Iniciará no dia **27/09/2024 às 15h10min** e se encerrará no dia **24/10/2024 às 15h10min** (horário de Brasília).

DO VALOR DO LANCE MÍNIMO: R\$ 322.826,73 (trezentos e vinte e dois mil, oitocentos e vinte e seis reais e setenta e três centavos), que corresponde 60% do valor da avaliação, que será atualizado até a data do leilão. Conforme sistema para cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

DA DESCRIÇÃO DO BEM: PRÉDIO RESIDENCIAL Nº 82, DA RUA Nº 21, CONSTRUÍDO NO LOTE Nº 26, DA QUADRA Nº G, DO LOTEAMENTO DENOMINADO JARDIM INDEPENDÊNCIA, NO DISTRITO DE BARÃO GERALDO, desta comarca, medindo: 10,00 metros de frente, igual medida nos fundos, por 25,00 metros da frente aos fundos de ambos os lados, confrontando com os Lotes 27 e 25, e parte dos Lotes 5 e 6, com a área total de 250,00 m².

CONSTA NO LAUDO DE AVALIAÇÃO fls. 120/143 – O imóvel possui sua fachada totalmente murado, sendo o acesso ao interior do imóvel através de um portão para pedestre e também um portão para veículos. Adentrando-se ao imóvel pelos portões, há um espaço de garagem coberta para dois ou três carros, além de mais um espaço adicional atrás, porém descoberto. Além disso, há um canteiro com algumas árvores e plantas, mais à esquerda quando se olha da rua para a casa, bem à frente da janela da sala da residência. Por fim, pela garagem coberta há um acesso à esquerda, para o interior da casa, e um outro acesso à direita, sendo que este leva a um corredor com acesso aos fundos do imóvel. Adentrando-se à casa pela entrada principal à esquerda da garagem coberta, nos deparamos com o ambiente de sala da residência, mais à esquerda, com janela para a frente do imóvel. Bem a frente da entrada, seguindo agora à direita, há um corredor que leva a cozinha e aos dormitórios. Aos fundos deste corredor, fica acesso à quatro portas, sendo que 3 dessas levam aos dormitórios da residência, e a quarta porta é do banheiro. Vale ressaltar que um desses dormitórios, o maior, possuía um banheiro interno e privado (suíte), porém a parede de divisão deste banheiro foi retirada para ampliar o quarto, mas os pisos, parte dos azulejos e até mesmo pia e vaso sanitário foram mantidos. Voltando para o corredor, agora entrando pela primeira entrada à esquerda, chegamos à cozinha da residência, com espaço amplo ao meio para colocação de uma mesa de jantar. Mais aos fundos da cozinha há um espaço mais estreito, com janela para frente do imóvel de um lado, bem como saída para os fundos, do outro lado. Voltando para a garagem, agora entrando pela entrada à direita, que leva a um corredor com acesso aos fundos do imóvel. Aos fundos, há inicialmente um pátio livre, bem como a diante um pequeno lugar coberto para depósito. Mais a esquerda nos fundos, há dois caminhos: um que leva ao interior de uma edificação adicional que existe nos fundos, onde fica a lavanderia da residência e conecta com a porta de saída da cozinha para os fundos; e outro que leva para o pavimento superior dessa edificação adicional, onde fica estabelecido mais um quarto com banheiro. Vale ressaltar que na parte de baixo desta edificação fica também uma cozinha adicional, com espaço amplo para mesa de jantar e armários. A área total do terreno é de 250,00 m². Já a área total construída do imóvel é de 145,00 m².

Localização: Rua Marechal Cordeiro de Farias, Nº 82 - Jd. Independência, Campinas/SP - CEP 13084-511.

AVALIADO: R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais) em outubro de 2023 – Fls. 120/143 a ser atualizado até a data do leilão, pela Tabela do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e homologado às folhas 152/153

Matrícula 29.734 do 2º Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Campinas/SP. Código Cartográfico Nº 3234.13.35.0317.01001. – AV.11/29.734

Advertência aos interessados: Direito de preferência do condômino na arrematação do bem em face ao terceiro - Inteligência do art. 1.322 caput e parágrafo único do CC.

DO ÔNUS: Conforme consulta no web site da Prefeitura Municipal de Campinas, consta os **DÉBITOS FISCAIS**, no importe de R\$ 8.823,31, conforme consulta em 3 de julho de 2024. Eventual regularização de baixa dos ônus da referida matrícula será feita pelo arrematante. Não constam nos autos demais débitos, recursos ou causa pendente de julgamento além do acima mencionado sobre o bem penhorado até a presente data. Houve *due diligence* e este leiloeiro constatou após consulta no TRT2 e TRT15 que **não há processo trabalhista** em trâmite em face ao executado.

- A ação versa de uma liquidação de sentença para alienação de bem imóvel sobre o qual houve a extinção de condomínio, com origem em obrigação reconhecida no título judicial transitado em julgado

As intimações das datas do leilão público, serão realizadas através dos advogados constituídos e, acaso não haja, será realizado no endereço do executado constante nos autos, sendo negativo a publicação do edital servirá como válida, não cabendo alegação de nulidade.

DO IMÓVEL: Demais informações de que sobre o bem recaia outros ônus, recursos ou causa pendentes deverão ser consultadas nos autos pelo interessado. O bem será vendido no estado de conservação em que se encontrar, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições antes das datas designadas para o leilão, bem como dívidas pendentes sobre o bem e não descritas neste edital (Art. 18º da Resolução 236/2016 - CNJ). Os débitos da arrematação correrão por conta do arrematante, inclusive impostos, taxas, emolumentos, seguros são de conta e responsabilidade exclusiva do arrematante (29º da Resolução 236/2016).

DOS ÔNUS HIPOTECÁRIOS e TRIBUTÁRIOS: A hipoteca extingue com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1499, VI, do CC). Havendo pluralidade de credores (inclusive os garantidos por penhora) ou exequentes, o dinheiro lhes será distribuído e entregue consoante a ordem das respectivas preferências, conforme art. 908 e parágrafos do CPC. **Débitos de IPTU e demais taxas e impostos, bem como débitos condominiais (de natureza propter rem) serão sub-rogados no valor da arrematação, nos termos do art. 130, 'caput' e parágrafo único, do CTN c/c art. 908, § 1º, do CPC.**

DA RESPONSABILIDADE DO ARREMATANTE: Correrão por conta do arrematante todas as providências necessárias para a imissão na posse do imóvel bem como as despesas com transferência, recolhimento de ITBI, foro, laudêmio, taxas, alvarás, certidões, escrituras, registros e outras despesas pertinentes, inclusive débitos apurados junto ao INSS oriundos de construção ou reforma não averbados nos órgãos competentes além de outros débitos que incidir sobre o imóvel, excetuados aqueles quitados com o produto da presente. Será de responsabilidade do arrematante todas as providências e despesas relativas à desocupação, transferência dos imóveis.

DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL: O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do gestor www.picellileiloes.com.br, www.publicjud.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, §2º, do CPC.

DO CONDUTOR DO LEILÃO: O leilão será realizado de forma híbrida no sítio eletrônico www.picellileiloes.com.br, no endereço Rua Maria Ângela, 390, Conjunto 10, Bairro Berlim, Jaguariúna, SP - CEP 13.919-134 e será conduzido pelo Leiloeiro Oficial **JOEL AUGUSTO PICELLI FILHO, MATRICULADO na JUCESP sob nº 754**, habilitado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJ/SP.

DOS LANCES: Os lances deverão ser ofertados pela rede INTERNET, através do portal <http://www.picellileiloes.com.br/>.

FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento deverá ser efetuado, mediante guia de depósito judicial, podendo ser à vista ou parcelado, sendo que o pagamento à vista será sobreposto ao parcelado ainda que este seja mais vultuoso. (art. 895, § 7º do CPC).

À VISTA: O pagamento à vista deverá ocorrer no prazo de 24 horas da confirmação de lance vencedor, como também deverá ser providenciado o pagamento da comissão do Leiloeiro no mesmo prazo.

PARCELADO: O interessado deverá apresentar proposta por escrito através do endereço eletrônico: contato@picellileiloes.com.br, até o início do leilão que deverá indicar o sinal de no mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) e o saldo em até 30 (trinta) parcelas reajustáveis pelo indexador do TJ/SP, com a garantia da hipoteca legal do próprio bem em epígrafe, consubstanciado no artigo 1.489, V do Código Civil. **A apresentação de proposta não suspende o leilão** (art. 895, §6º, do CPC). No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações incidirá multa de 10% (dez por cento), sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, nos termos do artigo 895, § 4º do CPC, que ficará pendente a homologação do Magistrado. **Não sendo efetuado o depósito da oferta, o Leiloeiro comunicará que o arrematante é remisso ao Juízo, para a perda da caução e comissão já depositadas, voltando os bens ao novo leilão**, conforme artigo 897 do CPC, além das demais sanções eventualmente previstas neste edital e/ou na legislação em vigor, arcando o arrematante inadimplente com as custas processuais e honorários advocatícios decorrentes da execução, tudo isso sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos. **Conforme hodierna jurisprudência será**

aceito proposta no curso do leilão: “Agravo de Instrumento. Ação de despejo em fase de cumprimento de sentença. Proposta de arrematação do bem penhorado, mediante pagamento parcelado (artigo 895, II, do Código de Processo Civil), apresentada na vigência do segundo leilão. Admissibilidade. Ausência de prejuízo, uma vez que preservada a possibilidade de prevalência de eventual lance à vista ou em condições mais vantajosas de parcelamento, nos termos dos § 7º e 8º do referido artigo 895. Arrematação de imóvel que, por outro lado, é garantida por hipotecado próprio bem, sendo desnecessário o oferecimento de caução. Proposta que observou os requisitos legais, inclusive com indicação do indexador de correção monetária das parcelas. Recurso improvido.”(Agravo de Instrumento nº 2072683-74.2018.8.26.0000 – 32ª Câmara de Direito Privado – Desembargador Relator RUY COPPOLA – j.22/01/2019 – v.u.).

Acaso não haja o pagamento no prazo estipulado, o Juiz poderá aprovar a venda do bem para o segundo colocado, pelo último lance por ele ofertado.

ARREMATACÃO COM CRÉDITOS DO PRÓPRIO PROCESSO: Poderá o Exequente, caso for o único credor, arrematar o bem utilizando os créditos do próprio processo, acaso não sejam suficientes para a aquisição do bem, deverá este, complementar no prazo de 3 (três) dias, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação e nesse caso, será realizado novo leilão, à custa do exequente, observando o previsto no artigo 892, §1º, §2º e § 3º do CPC. Deverá o credor pagar o valor da comissão do gestor, na forma mencionada no edital sendo que que não será considerada despesa processual.

LANCE CONDICIONAL: Acaso não haja licitantes no leilão, será aberto a captação de lance na modalidade condicional pelo prazo de 30 (trinta), dias. Decorrido o referido prazo será informado ao juízo as propostas recebidas, ficando condicionadas à homologação do Magistrado, para posterior emissão dos documentos em caso de aceitação.

DA COMISSÃO: Em caso de arrematação, a comissão a ser paga será de **5% (cinco por cento)** sobre o valor do lance vencedor (art. 7 da Resolução 236/2016 – CNJ)

§ 1º Não será devida a comissão ao leiloeiro público na hipótese da desistência de que trata o art. 775 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou de resultado negativo da hasta pública.

§ 2º Anulada ou verificada a ineficácia da arrematação ou ocorrendo a desistência prevista no art. 775 do Código de Processo Civil, o leiloeiro público e o corretor devolverão ao arrematante o valor recebido a título de comissão, corrigido pelos índices aplicáveis aos créditos respectivos.

§ 3º Na hipótese de acordo ou remissão após a realização da alienação, o leiloeiro e o corretor público farão jus à comissão prevista no caput.”

A forma de pagamento, através de transferência eletrônica digital (TED), em conta bancária, a ser informada por esse Gestor e a comprovação do pagamento deverá ser encaminhada para juridico@picellileiloes.com.br

Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no portal <http://www.picellileiloes.com.br/>. A alienação obedecerá ao disposto na legislação aplicável, no Decreto n. 21981/32, Resolução Nº 236 de 13/07/2016 – CNJ), e demais normas aplicáveis ao Código de Processo Civil, Código Civil e o “caput” do art. 335 do Código Penal.

Nos termos do artigo 889 incisos I à VIII e parágrafo único, do CPC, ficam as partes e interessados, intimados das designações supra, uma vez que a publicação do presente edital supre a intimação das partes e de seus patronos, caso não sejam localizados para as intimações pessoais.

Jaguariúna, 08 de julho de 2024

Dr. Eduardo Bigolin
Juiz de Direito

Joel Augusto Picelli Filho
Leiloeiro Oficial – Jucesp 754